

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.022](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.022)

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA: ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA DE NATAL/RN

Luana Campos Gines Lorena de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais - PPGITE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, e em Tecnologias Educacionais e Educação à Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. luanagines@hotmail.com.

RESUMO

A pandemia de COVID-19 provocou muitas mudanças no contexto social. As escolas precisaram inovar para que a educação não fosse interrompida, e diante das medidas de isolamento social como fechamento de escolas, o ensino remoto emergencial foi implantado, nos anos de 2020 e 2021. Nesta direção este artigo tem como objetivo principal compreender como se deu a inclusão de crianças deficientes em uma escola pública de Natal/RN durante a pandemia, analisando os principais desafios e possibilidades. A importância de discutir este tema se justifica da necessidade de compreensão da forma como o sistema educacional trabalhou o processo de garantia de direitos durante o momento de pandemia. Como metodologia de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, buscando referências que em diálogo com a educação inclusiva oportunizasse caminhos para desenvolver a reflexão proposta. O estudo de caso também foi utilizado como metodologia, com aplicação de questionário virtual aos professores de uma escola pública de Natal/RN, cujo objetivo era

identificar os principais desafios e possibilidades da educação inclusiva em tempos de pandemia. Por fim, a pesquisa revelou um grande empenho dos docentes em manter o vínculo com seus alunos, incluindo a todos nas aulas, mesmo diante dos diversos desafios, como a falta de recursos tecnológicos dos alunos, o que dificultou muito o alcance desses estudantes ao ensino remoto.

Palavras-chave: Pandemia, Ensino remoto, Educação inclusiva, Desafios, Possibilidades.

INTRODUÇÃO

Um princípio que consta na Constituição Federal Brasileira (1988) é assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola sem qualquer tipo de discriminação, porém esse princípio ainda não se tornou realidade para milhares de crianças, em especial as que apresentam deficiências.

A criança deficiente é aquele que apresenta dificuldades maiores no processo de aprendizagem, seja uma limitação motora ou cognitiva. E para contribuir no avanço escolar dessas crianças, é necessário que a instituição de ensino acolha e dê condições para que elas tenham o direito garantido, de forma plena e integral.

Diante disso, garantindo o direito à educação de todos denota-se uma educação inclusiva, direito à igualdade de oportunidades, mas não significa um 'modo igual' de educar a todos, mas dar mecanismos a quem precisa, levando em consideração as características e deficiências dos alunos. Para que as escolas mudem e caminhem para uma educação de qualidade e inclusiva é preciso que abandonem a ideia de conceber os alunos por suas deficiências.

A aprendizagem do aluno realmente precisa ser o foco da escola, que deve garantir condições para que todos possam aprender. Elencam-se alguns pontos que devem ser enfatizados pelas instituições de ensino: o atendimento educacional especializado; criação de espaços abertos para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico; a formação continuada e a valorização do professor; e as práticas de ensino adaptadas para atender as diversidades.

Assim, com estes avanços na instituição de ensino, a educação inclusiva se concretizará, e os alunos com deficiências serão ensinados no mesmo contexto curricular e instrucional que os demais colegas de sala de aula. Quanto aos materiais curriculares comuns, adaptações são necessárias, mas somente até o nível necessário para satisfazer as necessidades de aprendizagem de qualquer aluno. Acredita-se que o conhecimento se constrói e se transforma conforme o indivíduo vai tendo oportunidades.

A partir das premissas, este artigo é resultado de uma pesquisa cujo foco é a inclusão de crianças deficientes durante a pandemia, analisando os principais desafios e possibilidades. Para tanto,

tomou-se como problema de pesquisa, a seguinte questão: quais as perspectivas dos professores em relação aos desafios e possibilidades da inclusão de crianças deficientes durante a pandemia?

O interesse pelo tema adveio não só do entendimento que se tem de que é necessário aprofundar a discussão sobre a importância da inclusão durante a escolarização de crianças com deficiências, da experiência como educadora de Ceará-Mirim/RN e Natal/RN, mas também do momento da pandemia, que impactou severamente a educação nos anos de 2020 e 2021.

O objetivo principal deste estudo é compreender como se deu a inclusão de crianças deficientes em uma escola pública de Natal/RN durante a pandemia, analisando os principais desafios e possibilidades, e os específicos se desdobram em: discutir o direito humano à educação, analisar a inclusão por intermédio da educação e identificar o papel da escola no processo de inclusão durante a pandemia.

Por fim, o texto está organizado da seguinte forma: Introdução; Referencial teórico – o direito humano à educação de professores, a inclusão por intermédio da educação e o papel da escola frente à inclusão durante a pandemia; Metodologia; Resultados e discussão; Considerações Finais e Referências.

O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

O direito à educação tem o status de direito humano e de direito fundamental, sendo reconhecido nacionalmente no art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), art. 6º da Constituição Federal, nos arts. 13 e 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), entre outros documentos legais.

No art. 6º da Constituição Brasileira de 1988, a educação figura como direito social e, também, como direito cultural (arts. 205 a 214). Segundo Claude (2005, p. 37) é direito social porque, no contexto da comunidade, “promove o pleno desenvolvimento da personalidade humana [...] e direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos.”

No âmbito internacional o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecido como Protocolo de San Salvador (1988), instituído pelo Decreto nº 3.321 (1999), em seu art. 13, trata dos direitos culturais, assegurando o direito à educação, orientada para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e de sua dignidade, visando ao fortalecimento e ao respeito dos direitos humanos, ao pluralismo ideológico, às liberdades fundamentais, à justiça e à paz. No art. 14 estabelece o direito aos benefícios da cultura, reconhecendo aqueles que decorrem da promoção e desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais em assuntos científicos, artísticos e culturais.

Para Claude (2005, p. 38-39), os idealizadores da Declaração Universal, após relatarem a discussão feita no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1948, perceberam como a educação não é neutra em matéria de valores. Por isso, o art. 26 determina que o direito à educação deve se vincular a três objetivos específicos: o pleno desenvolvimento da personalidade humana e fortalecimento do respeito aos direitos do ser humano e às liberdades fundamentais; a promoção da compreensão, da tolerância e da amizade entre todas as nações e grupos raciais e religiosos; e o incentivo às atividades da ONU para a manutenção da paz.

A INCLUSÃO POR INTERMÉDIO DA EDUCAÇÃO

De acordo com a seção anterior, o direito à educação é previsto em diversos dispositivos legais nacionais e internacionais, e quando se fala em promover a inclusão, atualmente percebe-se crescente processo de exclusão de pessoas e grupos humanos dos benefícios da sociedade pós-industrial.

Assim, é importante destacar que existe uma diferença entre as palavras integração e inclusão, embora estas contenham a mesma ideia de inserir quem está excluído, por qualquer que seja o motivo. A integração à sociedade admite a existência de desigualdades sociais e, para reduzi-las permite a incorporação de pessoas que consigam ‘adaptar-se’, por méritos exclusivamente seus. Por sua vez, a inclusão significa, antes de tudo, ‘deixar de excluir’, presumindo que todos façam parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos (FÁVERO, 2012).

Fávero (2012) ainda colocar que a Constituição Brasileira de 1988 assume a proposta inclusiva, pois, no art. 3º impõe à República o dever de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o bem de todos, sem preconceitos. Dessa forma, acredita-se que a educação constitui um poderoso instrumento de inclusão.

No art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) o direito à educação e o pleno desenvolvimento da personalidade humana estão atrelados. A ideia também é encontrada no art. 22, onde toda pessoa tem direitos sociais, econômicos e culturais indispensáveis e no art. 29 que estabelece que “toda pessoa tem deveres perante a comunidade, onde – e somente onde – é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade.”

Por essa razão pode-se dizer que, ao promover o pleno desenvolvimento da personalidade humana à educação também promove os direitos humanos. Em outras palavras, a dignidade é alcançada pela implementação do conjunto de direitos humanos. Nessa perspectiva, Claude (2005, p. 41) explica que a educação para a dignidade deve levar em conta os direitos humanos, políticos, civis, econômicos e o de participar da vida cultural da comunidade.

O direito individual expresso no art. 26 da Declaração Universal (1948), ao ser reforçado pela sociedade e pela interação social, assume natureza social. Conseqüentemente, assegurar o acesso à educação é promover inclusão social. Dessa forma, o primeiro passo para assegurar esse direito é a alfabetização, que proporciona o aprendizado das competências básicas em matéria de comunicação oral e escrita, bem como a capacidade de resolver problemas científicos ou sociais. O segundo objetivo assinalado à educação no art. 26 da Declaração Universal é a promoção da compreensão, da tolerância e da amizade entre as nações e grupos raciais ou religiosos. Esse objetivo decorre do reconhecimento da igualdade entre todos os seres humanos, como direito do humano.

Schäfer (2016) afirma que o princípio da igualdade constitui “a fonte primária legitimadora das restrições aos direitos fundamentais” nas constituições dos diversos Estados, e que a sua lógica não é de exclusão, mas de um processo inclusivo de direitos. Falar de educação para a igualdade leva-se a abordar o que a viola, ou seja, o preconceito e a discriminação.

Diferenças físicas e biológicas entre pessoas e grupos humanos podem gerar preconceitos que as transfiguram, ou mesmo as constroem, como desigualdades. O preconceito é uma atitude cultural positiva ou negativa dirigida a membros de um grupo ou categoria social. Como uma atitude, combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais positivas ou negativas.

O preconceito fundamenta a discriminação, isto é, o tratamento desigual de indivíduos que pertencem a um grupo ou categoria particular. Portanto, baseiam-se em crenças estereotipadas sobre diferenças individuais e coletivas, que são empiricamente observáveis ou apenas construções imaginárias (MANTOAN, 2015).

Muitas vezes, diferenças são construídas ao longo da história, nas relações sociais e de poder, de modo que o outro possa ser tratado como inimigo, justificando-se desse modo o esforço em dominá-lo. Gomes (1999) elucida acertadamente que respeitar a diversidade cultural não diz respeito apenas ao reconhecimento do outro que é diferente, mas também à relação entre o eu e o outro.

Outro dispositivo legal a ser citado é a Declaração de Salamanca (1994) que trata dos princípios, política e prática em educação especial, e apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Igualização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. O documento reforça o direito a uma educação de qualidade e que considere as características e os interesses únicos de cada educando, evitando-se assim, discriminações e a exclusão escolar. Nesse sentido, propõe que as escolas se organizem e se capacitem para atender a todos.

Em 2007 houve a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde no Art. 24 os Estados reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. Vale ressaltar que a Convenção foi aprovada com status de emenda constitucional (BRASIL, 1988, art. 5º, § 3º).

Neste processo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), assim como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), orientam a organização e o funcionamento da Educação Especial nos sistemas educacionais

brasileiros, e mais recentemente o Estatuto da Pessoa com deficiência (2015) que garante a inclusão e a oferta do Atendimento Educacional Especializado nos sistemas de ensino aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Por fim, é importante ressaltar a Base Comum Curricular (2017), que define as aprendizagens essenciais às quais todos os estudantes têm direito, garantindo o acesso e que considere a diversidade humana, dos grupos historicamente excluídos.

O PAPEL DA ESCOLA FRENTE À INCLUSÃO

Prevista em diversas leis, a inclusão deve ser garantida em espaços escolares. E para isso, instituições de ensino também devem estar preparadas para garantir todo o suporte necessário às crianças que apresentem qualquer tipo de deficiência, pois o princípio básico dessa prática é baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que define que “todo ser humano tem direito à educação”. Portanto, a inclusão escolar, além de assegurar esse direito, também tem o importante papel de auxiliar no desenvolvimento socioemocional das crianças deficientes.

Com isso, o papel da escola é idealizar atividades que atendam e incluam esse estudante considerando as suas habilidades e limitações. O objetivo final é oferecer uma educação que atenda às necessidades individuais desses alunos. Também cabe à escola trabalhar com essas diversidades, de forma que esses estudantes sejam incluídos no processo de ensino-aprendizagem, garantindo sua convivência e integração, favorecendo assim a diversidade no ambiente escolar.

Gomes (1999) afirma que a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram, bem como um espaço privilegiado de cidadania, se for criada condições para tanto. Para Fávero (2012, p. 53) a escola “é o espaço privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano”. Assim, possibilitar as diferentes presenças é um desafio.

Se as diferentes presenças forem asseguradas aumenta-se a potencialidade da escola para a construção de uma sociedade mais igualitária, sem preconceito nem discriminação ou outras formas

correlatas de intolerância (MANTOAN, 2015). A escola pode perpetuar preconceitos, mas também pode desconstruí-los. Dessa forma, é imprescindível, portanto, reconhecer tal problema e combatê-lo no espaço escolar.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Como já abordado, a inclusão poder ser entendida como o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Além disso, a educação é um direito de todos, sem exceção.

No contexto da pandemia, alunos e professores tiveram que interromper as atividades educacionais de forma presencial, nos anos de 2020 e 2021, e com o isolamento social e as escolas fechadas, criou-se o chamado ensino remoto emergencial, como alternativa para dar continuidade às aulas suspensas em razão da pandemia, reorganizando o trabalho pedagógico (CARVALHO, 201).

Vale ressaltar que o termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico, a partir de decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. E o emergencial se justifica porque do dia para noite o planejamento pedagógico para os anos letivos de 2020 e 2021 tiveram que sofrer mudanças em seu formato (HODGES et al., 2020). Assim, a partir dessa compreensão, é certo que a pandemia trouxe muitas mudanças na vida e na rotina de todos, e a educação também mudou, tornando-se virtual, surgindo muitos desafios.

Porém, apesar dos desafios do trabalho com aulas remotas e todas as implicações decorrentes dos problemas atuais, foi preciso pensar em propostas pedagógicas que fossem possíveis de executar, levando em conta o contexto no qual o aluno estava inserido. Além disso, na hora do planejamento, professores precisaram observar as necessidades especiais de alunos com deficiência, a fim de incluí-los no processo educativo.

No que tange a educação, direito em destaque neste artigo, a escola, principal meio de garantir o acesso ao ensino vivenciou grandes mudanças com a pandemia, expondo assim desigualdades nas

estratégias especificadas para fornecer o acesso ao ensino, causando um grande impacto social.

As desigualdades se tornaram mais aparentes na pandemia, quando a principal medida, praticamente a única, instituída na continuidade do ensino formal adentrou a oferta do ensino remoto emergencial, assegurando a escolarização, tendo em vista a necessidade de cumprimento dos anos letivos com qualidade. Sendo assim, o acesso educacional em igualdade conquistado legislativamente foi ameaçado, tendo em vista todos os impactos que foram causados pelo Covid-19.

No pós pandemia, repensar as políticas públicas na área da educação parece ser o melhor caminho a seguir, para alcançar a possibilidade de enfrentamento e superação dos impactos causados durante o ensino remoto, sendo importante também que o Estado assuma seu papel, abraçando suas responsabilidades quanto garantidor da organização e controle social.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi de Abordagem Qualitativa, com uso das Pesquisas Bibliográfica e Documental, além do Estudo de Caso, com aplicação em junho/2022 de questionário pelo Google Forms para 11 professores.

A abordagem qualitativa baseia-se no fato de a pesquisa manter a flexibilidade necessária em relação ao objeto a investigar. Como a pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos, assim, é importante se observar que a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (MINAYO, 2016) e por isso mesmo é tão rica e reveladora.

A Pesquisa Bibliográfica constitui-se de consulta a fontes secundárias, com objetivo de consultar bibliografia já publicada em relação ao tema objeto de estudo, com o objetivo de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (LAKATOS; MARCONI, 2021); por sua vez, para Gil (2022), a Pesquisa Documental está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam

ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

O Estudo de Caso, segundo Gil (2022), caracteriza-se pela investigação em que, além da pesquisa bibliográfica se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa, como é o caso do questionário online. Os resultados serão apresentados na próxima seção, em formato de quadros, preservando as falas dos interlocutores a respeito da temática em estudo. Vale destacar que foram 9 perguntas fechadas e 9 abertas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados da análise dos dados a partir da aplicação de um questionário através do Google Forms, com os professores da Escola Municipal Prof. Vera Lúcia Soares Barros, situada em Natal/RN. O questionário online foi aplicado em junho/2022, totalizando 11 professores, que atuam no Fundamental I (1º-5º ano) e no Atendimento Educacional Especializado, no turno matutino. Os interlocutores serão intitulados por letras do alfabeto (A - H, titulares de sala; I-J, profissional do AEE).

Com relação à formação dos pesquisados, os 11 são do sexo feminino, com idades entre 25-55 anos, três são graduados, um mestre e sete especialistas, quatro professores com experiência de 1 a 5 anos, dois com experiência de 6 a 10 anos e cinco com experiência acima de 10 anos.

Dos 11 professores pesquisados, dois lecionam no 1º ano, dois no 2º ano, dois no 3º ano, dois no 4º ano e dois no 5º ano. Também, uma está no Atendimento Educacional Especializado, dando suporte aos professores titular de sala de aula.

Foi questionado se os profissionais têm conhecimento da legislação que normatiza a Educação Especial a nível nacional, e para 9 afirmam que sim e 2 não. Com isso, fica claro que em sua maioria os profissionais da escola, do turno matutino, conhecem as legislações vigentes para a área da educação especial, sendo de tal importância para os educadores, tanto para identificar os avanços e recursos no sistema educativo, quanto para contribuir com as políticas de educação especial, procurando assim conhecer o

sentido e interesse propostos pelo governo aos sistemas de ensino, e aos educadores.

Outro questionamento foi o que entendem por educação especial e inclusiva. Abaixo no Q. 01, as respostas dos 11 educadores:

Quadro 01 – Educação Especial e inclusiva

Interlocutores	Relatos
Professor A	É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor.
Professor B	Modalidade, inclusão é inserir "normais" e especiais juntos, na mesma sala, com as mesmas oportunidades.
Professor C	Educação especial é uma modalidade de ensino. Inclusiva é incluir as crianças na sala regular para que elas possam interagir juntas desenvolvendo as atividades propostas.
Professor D	É incluir a criança com necessidades em especiais no ensino regular, procurar métodos que possa auxiliar nessa inclusão.
Professor E	Garantia do direito de todos à educação, igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas.
Professor F	Educação especial e inclusiva é uma modalidade da educação com políticas específicas para o atendimento de pessoas com deficiência respeitando suas necessidades e primando por sua participação plena em todas as atividades escolares.
Professor G	É a educação inclusiva é a que tem como objetivo permitir a convivência e a integração social dos alunos com deficiência, favorecendo a diversidade. É educação especial é uma modalidade de ensino que tem a função de promover o desenvolvimento das habilidades das pessoas com deficiência.
Professor H	É uma modalidade de ensino. É a integração dos alunos com necessidades especiais numa sala normal, onde os mesmos possam interagir, participando das atividades de classe e extraclasse.
Professor I	É um ensino educacional que reconhece e respeita as diversidades e que responde a cada aluno de acordo com sua necessidade.
Professor J	Acompanhamento de criança com deficiência, e aplicar meios e técnicas atraente para facilitar a aprendizagem das crianças.
Professor K	É um atendimento especializado que requer mais atenção para com o indivíduo.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Seguindo, foi questionado se os profissionais possuem alguma formação específica para trabalhar com alunos com deficiência.

Apenas 3 afirmam que sim, e 8 não tem formação específica. Os cursos específicos citados foram: Libras, Educação Especial Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado.

Sobre o papel do professor e da escola no processo de inclusão de crianças deficientes, o Q. 02 aponta o que os profissionais afirmam.

Quadro 02 – Papel do professor na inclusão

Interlocutores	Relatos
Professor A	O papel da escola é garantir que os alunos com deficiência tenham um lugar para aprender. E o papel do professor é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-la.
Professor B	Desenvolver diversas habilidades para o desenvolvimento intelectual e nas práticas sociais. Porém motivando no processo ensino e aprendizagem do aluno.
Professor C	Se adequar de acordo com as necessidades da criança, ou seja, com a nova realidade.
Professor D	Acolher esses alunos e procurar uma metodologia adequada para auxiliar no ensino aprendizagem.
Professor E	Garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos sem exceção.
Professor F	O professor deve contemplar em seu planejamento, situações didáticas e atividades que respeitem todo o público ao qual esteja matriculado em sua sala, respeitando as necessidades de cada um.
Professor G	A escola e o professor têm o dever de estar preparado para receber esse aluno, realizar adaptações necessárias para que eles tenham seu direito à educação garantida.
Professor H	Procurar se adequar à nova realidade e procurar ajuda caso encontre dificuldade.
Professor I	Desenvolver as habilidades do aluno através de um plano de aula que contemple todos os alunos sem distinção.
Professor J	Apoiador, facilitador e conhecedor da sua missão na vida dessas crianças.
Professor K	O professor tem que estar preparado e a escola têm que estar adequada para trabalhar com essas crianças.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Diante dos relatos, percebe-se que os profissionais têm consciência do papel que exercem na inclusão dos alunos com deficiência

em sala de aula regular, o que envolve o desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais do aluno, a partir de um plano de aula que contemple toda a turma, sem distinção. Além disso, é imprescindível que o educador estimule o aluno e comemore as suas pequenas conquistas, intervenha nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las.

O Q. 03 demonstra a visão dos professores sobre o papel da família na inclusão dos alunos nas atividades remotas.

Quadro 03 – Papel da família na inclusão

Interlocutores	Relatos
Professor A	Ajudar e mediar à criança nas atividades juntamente com o professor.
Professor B	Estimular a cultura do conhecimento e de respeito nos diferentes ambientes da sociedade.
Professor C	Ajudar nas tarefas da criança e valorizar os trabalhos da criança.
Professor D	Participar por meio das plataformas que o professor utilizou, fazer as atividades propostas e ajudar o professor.
Professor E	Acompanhar o aluno nas atividades remotas, sem ela fica muito difícil.
Professor F	A família no momento de atividades remotas tinha o papel super importante, pois a maioria das crianças necessitava de atenção e acompanhamento para conseguir realizar atividades sugeridas e também para acompanhar as aulas e até com o manuseio dos recursos tecnológicos e mídias.
Professor G	Ajudar da melhor forma possível e valorizar as atividades do filho.
Professor H	Estimular o aluno e promover um ambiente de solidariedade, respeito e motivação.
Professor I	Apoiar, orientar e estar presente na vida das crianças, para que consiga acompanhar as atividades.
Professor J	Atentar para as dificuldades das crianças, auxiliando nas atividades de casa.
Professor K	Separar um tempo para auxiliar as atividades direcionadas pela escola.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Diante dos relatos acima, os profissionais identificam uma parceria de suma importância entre escola e família, pois a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular depende, em grande parte, da participação da família no processo educativo. Os pais devem ser entendidos como medidores no processo de inclusão escolar, não visando apenas ao entrosamento social dos seus filhos, mas pensando no desenvolvimento educacional do mesmo.

As próximas duas questões foram direcionadas apenas para os 10 titulares de sala de aula, a fim de conhecer se a turma era composta por alunos deficientes, e se sim, quais as principais deficiências. Os Q. 04 e Q. 05 ilustram bem as falas dos respondentes.

Quadro 04 – Composição das turmas

Interlocutores	Relatos
Professor A	Não.
Professor B	Sim, intelectual.
Professor C	Sim, hiperativo.
Professor D	Sim, autista.
Professor E	Não.
Professor F	Sim, deficiência intelectual.
Professor G	Sim, de aprendizagem, atenção e paralisia cerebral.
Professor H	Sim, intelectual.
Professor I	Não.
Professor J	Sim, down.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Ainda para os 10 titulares de sala de aula, foi questionado como ocorreram as aulas durante a pandemia, e se os alunos deficientes foram incluídos. Abaixo as respostas dispostas no Q. 05:

Quadro 05 – Funcionamento das aulas

Interlocutores	Relatos
Professor A	Online através de grupos de WhatsApp.

Interlocutores	Relatos
Professor B	Trabalhei com atividades impressas, via WhatsApp. Sim, o aluno esteve incluído nas aulas.
Professor C	As aulas foram de forma remota, uma semana de atividades impressas e grupo e outra via meet. Sim, sempre buscando a melhor forma de inserir.
Professor D	Aulas online, pelos aplicativos Google Meet, vídeos explicativos, WhatsApp, e etc. Meu aluno deficiente participou de todos os momentos.
Professor E	Na minha sala não tinha alunos deficientes, os demais foram esforçados para atingir o objetivo desejado que é a aprendizagem.
Professor F	Ocorreu através de aula remota por vídeo chamada e vídeos gravados. Os alunos com deficiências participaram de forma ativa.
Professor G	Com vídeos explicativos, conversas via WhatsApp e encontros online. O aluno deficiente participava sempre.
Professor H	Boa, dependia muito da internet, todos os alunos participavam.
Professor I	Pelo Whats. Não tinha alunos deficientes.
Professor J	Pelo zap, e meu aluno especial participava de algumas aulas, outras não, pois ficava bem impaciente.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Percebe-se que os professores adaptaram suas aulas com o uso de vídeos, plataformas digitais como o Meet, o uso do aplicativo do WhatsApp, atividades impressas, entre outras metodologias, e as turmas que possuíam alunos deficientes promoveram a inclusão. É válido destacar que a inclusão na escola tem como principal objetivo acolher e dar a possibilidade de todos os alunos terem o direito deles garantido, que é a educação, independentemente da classe social, condição psicológica ou física.

No que se refere às ferramentas e plataformas digitais, Cordeiro (2020, p. 04) afirma que “o avanço das tecnologias digitais de informação possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula”, assim, o professor terá disponível informações e recursos para utilizar em sua prática pedagógica, tornando o processo educativo mais dinâmico, eficiente e inovador.

Este próximo questionamento, apresentado no Q. 06, foi direcionado para o 01 profissional do AEE, a fim de compreender como se deu o atendimento de forma remota.

Quadro 06 – Atendimento do AEE

Interlocutores	Relatos
Professor K	O atendimento aconteceu de forma individualizada através de ligações, mensagens e vídeo chamadas pelo WhatsApp e também atendimento coletivo no grupo da turma de AEE.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

O profissional do AEE se articulou com o professor titular a fim de dar suporte aos alunos deficientes. Sua função foi identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminassem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as deficiências específicas. Vale destacar que o Atendimento Educacional Especializado na Escola Municipal Prof. Vera Lúcia Soares Barros funciona como um recurso de vital importância para a inclusão escolar dos alunos com deficiência, e devido a pandemia, os atendimentos passaram da sala instalada na escola para espaços virtuais, com o auxílio do WhatsApp, canal de aproximação da escola com os alunos.

Assim, entende-se que a escola e ao AEE coube neste momento, mesmo com toda a dinâmica impeditiva que se consolida, buscar formas de manter o diálogo permanente com a gestão escolar, além do vínculo com familiares.

Dentre os principais desafios enfrentados com os alunos durante a pandemia os professores afirmam o que se segue no Q. 07:

Quadro 07 – Desafios enfrentados

Interlocutores	Relatos
Professor A	A internet e aparelhos de celular.
Professor B	A falta dos dispositivos tecnológicos.
Professor C	Conquistar esses alunos a assistirem as aulas remotas.

Interlocutores	Relatos
Professor D	A falta de internet por parte de alguns alunos.
Professor E	Escolha e realizações das atividades remotas.
Professor F	Acesso aos recursos tecnológicos para acompanhamento das atividades.
Professor G	Materiais que possam ser desenvolvidos de forma online, para preservar e garantir a saúde do aluno.
Professor H	De modo geral a desigualdade social impede que a maioria participe das aulas remotas.
Professor I	A questão das aulas por plataformas digitais e o difícil acesso à internet.
Professor J	Acesso à internet e manter contatos com os pais e com o professor da turma.
Professor K	Apoio das famílias e acesso à internet para acompanhar as aulas online. Além da parceria com o titular de sala.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Dentre os principais desafios estão acesso à internet e ausência de tecnologias, meios que foram utilizados como estratégias para continuar o ensino de forma remota. Contudo, a escola, primeiramente, levando em conta as condições sociais e econômicas dos estudantes e seus familiares, pois é sabido da consistente diferença social, propôs outras estratégias, como atividades xerocadas, a fim de incluir a todos. Além disso, em todo esse processo de inclusão dos estudantes com deficiência na prática de ensino on-line, a presença dos professores do Atendimento Educacional Especializado foi constante.

Diante das aulas remotas, algumas aprendizagens não aconteceram, mas não significa que outras não emergiram. A aprendizagem pôde ser recuperada, o importante foi o professor querer, pensar, construir, colocar em prática situações que promoveram trocas, presença e convivência virtuais. A busca por metodologias interativas voltadas para as necessidades de cada aluno foi um exercício muito importante neste momento.

Vale ressaltar também que os professores titulares das classes regular e do AEE, serviço especializado indicaram as mesmas dificuldades. No entanto, o “trabalho conjunto entre docentes da classe regular e da educação especial” foi apontado como uma dificuldade

maior para quem atua no AEE. Além disso, “[...] nem todos os educadores brasileiros, tiveram formação adequada para lidarem com essas novas ferramentas digitais” (CORDEIRO, 2020, p. 10), com isso, estão reinventando e reaprendendo novas maneiras de ensinar e de aprender.

Diante dos desafios, foi questionado como conseguiram superar os desafios impostos.

Abaixo as respostas no Q. 08:

Quadro 08 – Superação dos desafios

Interlocutores	Relatos
Professor A	Através das atividades remotas entregues na escola.
Professor B	Através das famílias e do grupo de estudos.
Professor C	Ligando para família, conversando e conquistando os alunos.
Professor D	Por meio das atividades xerocadas, que foram enviadas toda semana que vai com um roteiro de estudo para a semana seguinte.
Professor E	Tive muita confusão mental e dificuldades, porém, me apeguei a ajuda das famílias.
Professor F	Utilizando diferentes recursos: para aqueles que não têm acesso à internet (apostilas impressas, orientações por ligação telefônica) e para aqueles que dispõem de recursos tecnológicos e internet (atividades em arquivo digital, utilização de vídeos, áudio livros e etc).
Professor G	Através de materiais que grupos de pesquisas desenvolveram e disponibilizaram, e da boa comunicação com a família.
Professor H	Conquistando a família, a própria criança e explicando que tudo passaria e que o futuro deles depende dos estudos.
Professor I	Com muita determinação e motivação, sabendo que a educação é a base de tudo e que ela não pode parar.
Professor J	Aulas nos feriados ou finais de semana, com incentivos, brindes. Aulas criativas desafiadoras, que envolve a família.
Professor K	Com uma boa comunicação com os pais.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Diante dos relatos acima, os professores precisaram reinventar suas práticas, com diversas adaptações que serão apresentadas na próxima questão. Porém, diante desse questionamento a parceria família-escola foi um canal de aproximação para que os alunos pudessem desenvolver as atividades de forma remota. A

comunicação com os pais é destaque nos relatos de muitos professores, uma vez que a sintonia entre família e escola possibilitou que o desenvolvimento da criança e o processo de aprendizagem fossem ampliados.

Com relação às adaptações que precisaram ser feitas, abaixo os relatos no Q. 09:

Quadro 09 – Adaptações das aulas durante a pandemia

Interlocutores	Relatos
Interlocutores	Relatos
Professor A	Sim, um suporte de mídia para os professores.
Professor B	Sim, com dispositivos e recursos tecnológicos.
Professor C	Sim, novas estratégias para as aulas remotas.
Professor D	Sim, desenvolver atividades que pudessem incluir os alunos sem acesso à internet, criação de grupo de zap.
Professor E	Transformação da cultura de práticas. Apoio dos governantes seria muito válido.
Professor F	As adaptações que considero como principal foi a utilização de uma variedade de recursos e mídias para contemplar as diferentes necessidades e realidades dos alunos.
Professor G	Sim, muitas adaptações, tudo em função de garantir a saúde do aluno, já que algumas famílias temeram pela saúde desse aluno, ao receber material de forma manual.
Professor H	Por exemplo, as aulas remotas, o hábito de sair de casa, as visitas em família.
Professor I	Método de explicar conteúdos, adaptação de alunos as plataformas de estudo.
Professor J	Conteúdo acompanhado da prática e linguagem atualizada.
Professor K	Escolher as atividades adequadas, principalmente com ilustração.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Dentre as principais adaptações estão: uso de atividades xerocadas, ligações, aulas extras, premiações para motivar, criação do grupo do zap, entre outras adaptações que os professores precisaram fazer para superar os desafios impostos pela pandemia, admitindo o ensino remoto emergencial, além da inclusão de alunos com deficiência.

É certo que as demandas escolares precisaram ser ajustadas diante da pandemia, além de favorecer a inclusão do aluno. É importante observar que as adaptações apresentadas pelos professores focalizaram as capacidades e o potencial dos alunos, e não se centralizaram nas deficiências do aluno. O profissional do AEE também é relevante nesses momentos do repensar com o professor titular, para atender às demandas específicas de cada turma.

Em relação a isso, Cordeiro (2020, p. 06) afirma que “a criatividade dos professores brasileiros em se adaptar à nova realidade é indescritível no que se trata da criação de recursos midiáticos”. A autora coloca ainda que os professores criaram vídeo aulas para que os alunos pudessem acessar de forma assíncrona as atividades, algo que antes da pandemia não era realizado. Isso tudo se caracteriza como uma revolução educacional, trazendo à tona o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico.

E no último questionamento, foi indagado se os alunos responderam de forma positiva às metodologias e ferramentas adotadas pelos professores. Para sete entrevistados sim e para quatro um pouco. Isso demonstra que todos os alunos participaram das atividades, mesmo com as limitações de acesso à internet e de tecnologias.

Apesar do desenvolvimento e expansão das tecnologias da informação e comunicação percebe-se ainda que poucos tem acesso à internet e as suas tecnologias, ocasionando desigualdades na medida em que apenas alguns são beneficiados e outros ficam distanciados do progresso (FELIZOLA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a pesquisa revelou um grande empenho dos docentes em manter o vínculo com seus alunos, utilizando-se de diversas ferramentas de comunicação, a fim de aproximar escola-alunos. Durante a pandemia os professores pesquisados enfrentaram diversos desafios, como a falta de recursos tecnológicos dos alunos, principal ponto destacado pelos professores. Além de outras adversidades como distração, dificuldade de compreensão e assimilação dos conteúdos e inexistência de um ambiente adequado

aos estudos, que por sua vez influenciou no rendimento escolar do aluno, contribuindo para acentuar as dificuldades durante as aulas remotas.

Com este estudo também possível constatar que os professores entrevistados compreendem sobre a política educacional inclusiva. Os dados apontam um avanço na inclusão dos alunos deficientes, mas, para que possam desenvolver suas práticas pedagógicas inclusivas de maneira satisfatória os professores das salas regulares necessitaram do apoio do profissional especializado e principalmente de condições materiais adequados de trabalho.

Para finalizar, a pesquisa em questão também revelou que a pandemia possibilitou uma colaboração maior entre a família e a escola, fato esse enriquecedor para o público-alvo da educação especial, que conta com mais apoio da família no processo de ensino-aprendizagem. Essa aproximação entre família e escola é muito benéfica para o público-alvo da educação especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: CORDEA, 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/Convencao_Comentada.pdf> Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca (1994)**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível

em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>
Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.321**, de 30 de dezembro de 1999. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais “Protocolo de São Salvador”, concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3321.htm> Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com deficiência**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2022.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para direitos humanos. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos. Ano 2, n. 2, 2005. Ed. em português. São Paulo: Rede Universitária de Direitos Humanos.

CORDEIRO, K. M. A. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. 2020. Disponível em: <<http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>> Acesso em: 19 jun.2022.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2012.

FELIZOLA, P. A. M. *O direito à comunicação como princípio fundamental*: internet e participação no contexto da sociedade em rede e políticas públicas de acesso à internet no Brasil. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, v. 3, n. 1, p. 205-280, 2011. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-direito-%C3%A0-comunica%C3%A7%C3%A3o-como-princ%C3%ADpio-fundamental-internet-e-participa%C3%A7%C3%A3o-no-contexto-da-1>> Acesso em: 19 jun. 2022. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural**: refletindo sobre as diferentes presenças na escola, 1999. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/educa%C3%87%-C3%83o-e-diversidade-cultural.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2022.

HODGES, C. (et al). **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning**. EDUCAUSE Review, 2020. Disponível em: <<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn3>> Acesso em: 29 maio 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como fazer?. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao>> Acesso em: 17 jun. 2022.

ONU. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)**. Adotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2022. SCHÄFER, Jairo Gilberto. Direitos fundamentais: proteção e restrições. 15 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.